



SUBSÍDIOS PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sistematização de contribuições ao debate sobre EDUCAÇÃO, EVASÃO ESCOLAR E ÍNDICES DE VIOLÊNCIA

REFERÊNCIA: relatos trazidos da 1ª reunião do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (**OLERJ**) realizada em 24/2/2018, no Rio de Janeiro.

Renato de Sousa Porto Gilioli
Consultor Legislativo da Área XV
Educação, Cultura e Desporto

ESTUDO TÉCNICO

MARÇO DE 2018

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2018 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal do(a) consultor(a).

Este trabalho destaca a relevância do apoio e reforço à ação dos Poderes Públicos na Educação, com foco específico nas crianças e jovens, e se alicerça no pressuposto de que esta área das políticas públicas é peça-chave para a promoção de condições indutoras da queda dos índices de violência¹ no Estado do Rio de Janeiro.

Contém subsídios informativos e técnicos referenciados à primeira reunião do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (Olerj), criado pelo Ato da Mesa nº 217, de 21 de fevereiro de 2018, da Câmara dos Deputados. Realizada em 24 de fevereiro de 2018, quando do lançamento oficial do Olerj, no Hotel Windsor Florida, no Rio de Janeiro, foi coordenada pelo Senhor Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, e contou com a participação de Secretários Municipais de Educação, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e imprensa. As intervenções dos participantes podem ser reunidas em cinco temáticas:

1. Oposição entre o que se denominou “atratividade” (especialmente financeira) do tráfico de drogas e o baixo estímulo para crianças e jovens frequentarem a escola. Em comunidades com altos índices de violência, as escolas públicas têm dificuldades severas de operar regularmente e de oferecer serviços públicos capazes de gerar a necessária segurança e atratividade para as crianças e adolescentes;

1 Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Rio de Janeiro foi a Unidade da Federação com maior aumento (40,4%) da taxa de roubos por cem mil habitantes de 2015 (893,9) para 2016 (1.255). No mesmo período, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes do Estado subiu 24,3%: de 30,3 (2015) para 37,6 (2016), aumento só superado pelo Acre e Amapá, com populações e números de mortes violentas muito menores que o Rio de Janeiro. Comparando-se Unidades da Federação com alto PIB *per capita* (o Estado do Rio de Janeiro ocupa a 5ª posição nesse quesito), São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal reduziram os índices de letalidade de 2015 a 2016, enquanto o Rio de Janeiro seguiu em sentido oposto.

2. A evasão escolar² tem impacto nos índices de violência: diagnosticou-se que não bastam ações do Governo do Estado ou do Município do Rio de Janeiro para mitigar esse desafio. São necessárias medidas concertadas com a União, entre os Municípios e também políticas não restritas à Educação, mas intersetoriais (em especial, Assistência Social, Cultura, Esporte e Saúde);
3. O reforço do financiamento à educação foi reconhecido como fator essencial para a efetivação de políticas públicas de caráter social. Ressaltou-se que não faltam planos e ideias, mas sim garantia de financiamento pelo Estado e Município, não contingenciamento de verbas federais e sugestões criativas de financiamento direto à educação pública como doações, principalmente as direcionadas às creches.
4. Na Educação, foram identificadas necessidades prementes para o Rio de Janeiro: valorização do magistério; promoção da qualidade do ensino, sobretudo na alfabetização; investimento em infraestrutura e em alimentação escolar; expansão da oferta de educação infantil; atendimento da demanda por mais escolas em tempo integral;
5. A Assistência Social, a Cultura, o Esporte e a Saúde são setores-chave, entre outros, para combater a evasão escolar, precisando as Secretarias respectivas do Estado e dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro estar mais presentes nas unidades escolares.

Quanto ao primeiro ponto mencionado, os participantes ressaltaram que não basta investir em tecnologias educacionais e em materiais

² No livro **A Formação de Jovens Violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema (Curitiba: Appris, 2017), o sociólogo gaúcho Marcos Rolim investiga as raízes da violência e conclui que a evasão escolar está na raiz da violência extrema no Brasil e que a prevenção da criminalidade deve levar em conta a redução da evasão escolar no País.

didáticos para tornar escola atrativa. A escola pública é e deve ser um dos principais “braços” dos Poderes Públicos junto à população. Precisa ter estrutura adequada, capacidade de atrair a comunidade e de valorizar os profissionais da educação com melhor remuneração e, sobretudo, com condições adequadas de trabalho.

Indicaram também o desafio operacional de funcionamento regular em áreas de risco, que precisa ser superado para que as escolas públicas possam mitigar os índices de violência. O quadro atual cria, como se afirmou no evento, “o receio de que a marginalidade migre para as cidades vizinhas ao Rio de Janeiro”. Em suma, políticas educacionais e políticas de segurança, sendo complementares, não podem seguir dissociadas naquela Unidade da Federação. Considerando que o respeito às escolas e às crianças é valor altamente disseminado em todas as comunidades do Rio de Janeiro, e no ensejo da intervenção federal recém estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, uma **estratégia promissora** poderia ser uma solicitação às forças interventoras de que elaborem e executem de pronto um plano de segurança específico para assegurar a ida, a estada e a volta dos estudantes das escolas públicas das regiões com altos índices de violência.

A evasão escolar, segundo aspecto discutido, assume especial centralidade para o debate, pois é na faixa de 10 a 19 anos que a violência assume feições dramáticas no Rio de Janeiro. Identificou-se, no encontro, que a escola precisa ter capacidade de manter as crianças e jovens afastados dos riscos a que estão expostos. Não é possível reduzir a evasão sem uma ação concertada e intersetorial de Governo e de Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro. Esse concerto político é relevante tanto para cidades de difícil acesso quanto, sobretudo, para as áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

De acordo com o terceiro ponto levantado, é necessário estabelecer financiamento regular e mais claramente definido para os entes da federação em relação à educação básica do Estado em foco, avançando na regulação do regime de cooperação entre os entes — já previsto nos arts. 23 e 211 da Constituição Federal e com proposições tramitando no Parlamento — e

do Sistema Nacional de Educação. Incentivos fiscais para que pessoas físicas e jurídicas direcionem recursos para escolas de educação básica poderão incrementar os orçamentos escolares, desde que canalizados especificamente para a educação básica pública.

O quarto ponto remete a um conjunto de ações específicas para a área da Educação. A valorização do magistério é iniciativa sem a qual não é possível melhorar a qualidade de ensino nem promover maior atratividade para a escola pública. Bons docentes criam vínculos com seu alunado e aproximam a comunidade das escolas, além de melhor prepararem os educandos para a cidadania e para o mercado de trabalho. Um dos pontos decisivos na trajetória estudantil, nesse sentido, é a alfabetização. Programas federais de formação continuada e divulgação de boas práticas — tanto pelo Ministério da Educação como pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Terceiro Setor — podem contribuir para o aperfeiçoamento do magistério. A recente aprovação da Base Nacional Curricular Comum para a educação infantil e o ensino fundamental trará incentivo à formação e qualificação mais direcionada para a sala de aula dos docentes no Estado. No entanto, sem a melhoria da remuneração e a reformulação das carreiras docentes no Estado e nos Municípios, haverá pouco estímulo para ingressar e se manter na docência.

Para a merenda escolar, o já existente Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) — Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 — pode ser reforçado para o Rio de Janeiro. Pelo Pnae, ao menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a Estados e Municípios devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

No que se refere a novas creches, o custo de implantação é alto, constituindo grande desafio financeiro, em especial para os orçamentos geralmente combalidos dos Municípios, ofertantes prioritários dessa parte da educação infantil. Municípios mais urbanizados e com maior índice de

população feminina em atividades laborais multiplicam a demanda por educação infantil pública. Para além da perenização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), é necessário assegurar financiamento público específico e regular para a educação infantil.

Por sua vez, a escola em tempo integral foi considerada, pelos participantes, essencial para promover a reversão do aumento dos índices de violência no Rio. Mas *Escola Integral* não significa mera alocação de estudantes em contraturno não planejado. O reforço do Programa *Mais Educação* é de grande relevância, para que essa iniciativa federal se torne mais efetiva, possibilitando ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola com diversificação das atividades. Os anos finais do ensino fundamental merecem especial atenção, pois é nessa faixa etária que aumenta o risco de evasão escolar e, portanto, o risco de se envolver ou de ser vítima de violência. Simultaneamente, os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio são estratégicos para se combinar ensino propedêutico, formação profissionalizante e promoção do empreendedorismo. Lembre-se que a inserção no mercado de trabalho é tema enfatizado pela Reforma do Ensino Médio e a responsabilidade de sua implementação é dos Estados.

O quinto elemento destacado relaciona-se à necessidade de ações intersetoriais para fortalecer as políticas educacionais. Uma escola integral sem atividades desportivas oferece poucos estímulos a crianças e jovens. Não apenas o futebol deve ser promovido, dando-se atenção também aos demais esportes e aos desportos educacional e de participação. Reforço aos programas de Saúde na Escola, de artes e o desenvolvimento de atividades culturais também precisam ser objeto da atenção dos Poderes Públicos, sendo necessário acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho dessas áreas no âmbito escolar. Além do aspecto pedagógico, do bem-estar e do lazer, esses setores podem promover a geração de renda, por exemplo com estímulo a atividades ligadas à economia criativa.

A Assistência Social aliada à Educação proporcionará intensificação da “busca ativa” de alunos com risco de evasão ou evadidos, ao passo que as Secretarias de Saúde precisam estar mais presentes nas unidades escolares para detectar educandos com problemas de saúde e efetuar celeremente os devidos encaminhamentos.

Em síntese, a primeira reunião do Olerj mostrou-se ocasião salutar para o levantamento de problemas atuais relevantes e sua discussão, no quadro de acompanhamento, monitoramento, avaliação e tomada de medidas em favor da segurança pública do Rio de Janeiro, afirmando a relevância de os Poderes Públicos aprimorarem as políticas educacionais, articuladas com outras esferas, como meio de mitigar os índices de violência do Estado.

Consultoria Legislativa, em 5 de março de 2018.

RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI
Consultor Legislativo da área XV
Educação, Cultura e Desporto

2018-1223